

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT08.006

# **ALFABETIZAÇÃO NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): EXALTAÇÃO DA TÉCNICA OU REDUCIONISMO GRAFOFÔNICO?**

**ÂNGELA MARIA RODRIGUES DE FIGUEIREDO**

Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas- UFAM, [angela.f.uea@gmail.com](mailto:angela.f.uea@gmail.com)

**MARY APARECIDA ANDRADE PINHEIRO**

Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas - UEA [marr.yandr21@gmail.com](mailto:marr.yandr21@gmail.com);

**DRIZANA MARINHO CONCEIÇÃO**

Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, [Dmcn.ped@uea.edu.br](mailto:Dmcn.ped@uea.edu.br);

**MILLA KAREN BARROS DINELLY**

Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, [millaa.dinelly@gmail.com](mailto:millaa.dinelly@gmail.com);

## **RESUMO**

Este artigo visa refletir acerca da forma como a alfabetização está organizada na Base Nacional Comum Curricular. Trata-se de uma reflexão crítica sobre a abordagem da alfabetização no contexto da BNCC, a fim de esclarecer questões específicas nas áreas das linguagens, particularmente como o documento aborda a alfabetização. Consideramos que, dominar o sistema de escrita alfabético, não é uma tarefa fácil, trata-se de um processo complexo que envolve, de modo articulado, a aprendizagem do sistema de escrita alfabética e a produção/compreensão de textos orais e escritos. Para o cumprimento de nossos objetivos, realizamos um estudo documental e bibliográfico, cujo o foco foi o documento aprovado em 22 de dezembro de 2017, por meio da resolução CNE/CP nº 02 que institui a Base Nacional Comum Curricular, a ser implementada no âmbito da Educação Básica. Além do documento oficial mencionado, dialogamos com os seguintes teóricos: Ferreiro e Teberosky (1999); Moraes (2014) e

Soares (2008). As diferentes perspectivas teóricas conduziram nossos olhares para uma abordagem do ensino da Língua Portuguesa, no documento, que segrega a alfabetização como elemento à parte dos estudos da língua, tanto no que diz respeito às questões epistemológicas, quando aponta para uma abordagem fonológica e técnica, quanto na estrutura do documento, em que insere um subtópico após abordar a área da linguagem. Portanto, o que nos propusemos a partir deste material foi refletir sobre o ideário pedagógico sustentado na Base, procurando não apenas “traduzir ou resumir” as informações, mas refletir criticamente sobre os aspectos importantes, a fim de não cair em armadilhas da incorporação cega sem o exercício consciente de sua ação.

**Palavras-chave:** Alfabetização, Base Nacional Comum Curricular, Reflexões críticas.

## INTRODUÇÃO

Este texto aborda, da forma como a alfabetização está organizada na Base Nacional Comum Curricular e desta forma nos propomos fazer uma breve reflexão sobre a abordagem da alfabetização no documento, a fim de facilitar o acesso e a compreensão de questões específicas na área das linguagens, mas especificamente na etapa do Ensino Fundamental I, particularmente a Alfabetização.

Consideramos que dominar o sistema de escrita alfabético não é uma tarefa fácil, pois trata-se de um processo complexo que contempla, de modo articulado e simultâneo, a aprendizagem do sistema de escrita alfabética e a produção/compreensão de textos orais e escritos. De outra forma é um processo em que as crianças aprendem a ler, escrever, falar, escutar e pensar, conhecimentos necessários à sua formação humana e crítica.

No que diz respeito ao documento legal, aprovado em 2017, a Base Nacional Comum Curricular aborda as questões do ensino da Língua Portuguesa em tópicos separados, a alfabetização aparece logo após a abordagem dos princípios gerais que regem o ensino da Língua Portuguesa. Neste subtópico há evidências do modo como a alfabetização é tratado na Base como um processo de transcodificação linguística. Isso significa dizer que alfabetização é um sistema de apropriação da ortografia da língua portuguesa do Brasil, um aprendizado que se dá por meio do reconhecimento e manipulação dos sons que se juntam para formar uma palavra, um processo longo que não se encerra com a compreensão do funcionamento fonológico da língua, embora a este seja claramente dado maior ênfase.

O tema alfabetização e letramento na BNCC aborda conceitos e definições pouco familiares para nós professores: transcodificação linguística; consciência metalinguística; consciência fonológica; ortografização; consciência grafotônica etc. Para conhecermos e aprofundarmos nossos conhecimentos acerca dos fundamentos teórico-filosóficos que sustentam a proposta na Base, é preciso conhecer como eles aparecem no documento e o que significam.

Outas nomenclaturas, também, por exemplo, o que é Campo de Atuação, Objetos do Conhecimento e as Habilidades, são conhecimentos básicos e necessários para um planejamento alinhado às novas orientações. Estes conceitos são ponto de partida para falarmos especificamente sobre a alfabetização no documento e nos familiarizarmos com os termos. Além desses conceitos a BNCC defende que o uso do texto seja o ponto central do trabalho pedagógico. Assim os Campos de

Atuação são os contextos de uso das linguagens, onde as produções orais, escritas ou multimídia se realizam concretamente. No documento a disposição dos gêneros específicos a serem trabalhados em cada faixa etária: vida cotidiana, artístico/literário, estudo e pesquisa, e vida pública.

Portanto o que nos propusemos a partir deste material, foi aproximar os docentes do ideário pedagógico, sustentado na Base, procurando não apenas “traduzir ou resumir” as informações, mas fazer reflexões pontuais que levem os docentes a (re) pensar pontos específicos do documento, refletir criticamente aspectos importantes, a fim de não cair em armadilhas da incorporação cega, sem que haja um exercício consciente de sua ação.

## **METODOLOGIA**

---

Para a realização deste estudo, o documento da base Nacional Comum Curricular foi o ponto de partida. Um olhar detido sobre o documento, no que diz respeito à alfabetização, conhecendo os meandros da proposta, a estrutura e forma de organização do documento, o modo como aborda o tema e que perspectivas teóricas estão a sustentar.

Realizamos, também, uma revisão sistemática da literatura sobre a alfabetização produzidas nos últimos anos, particularmente os que abordassem os principais conceitos envolvidos na aprendizagem da leitura e a escrita de crianças e adultos em processo de alfabetização. Para tanto nos valem de um estudo bibliográfico de autores como Ferreiro e Teberosky (1999); Moraes (2014) e Soares (2008), o conhecimento abordados a partir desses teóricos foi fundamental para uma compreensão mais espreada do documento que nos propusemos analisar e refletir criticamente.

O estudo das diferentes concepções teóricas se deu no sentido de realizar uma análise de conteúdo, procurando delinear o tema em questão para poder compreender com mais afinco o que a BNCC, enquanto documento balizador da educação básica, estabelece como horizonte da aprendizagem da leitura e da escrita no processo de alfabetização. Essa construção teórica nos deu condições de realizar uma análise mais crítica do documento (BNCC), procurando desvelar o que nas suas entrelinhas se estabelece como fundamento epistemológico, ou seja, a visão de conhecimento, de aprendizagem, a visão de mundo, de homem e de sociedade.

Diante da necessidade de conhecer, como o documento aborda a alfabetização, que pressupostos teóricos os fundamenta, nos colocamos a refletir sobre o documento. Isso não quer dizer que estejamos a clamar por uma mistura teórica, mas analisar as visões que se justapõem às demais, buscando ampliar o debate para a compreensão da alfabetização como a aquisição de um sistema de escrita que aponte para horizontes que nos ajude a pensar o fazer pedagógico com maior clareza. Assumimos, de antemão, que a alfabetização não pode ser reduzida a uma questão de métodos, deve haver coerência e equilíbrio nas abordagens que propõem, a fim de que os patamares de aprendizagem sejam estabelecidos e alcançados.

O documento que instituiu a Base Nacional Comum Curricular é fruto de debates, de negociações e regulamentações que convergiram e culminaram com a sua regulamentação, porém não sem desafios, discordâncias e contradições. Para entendermos a arquitetura desse documento, foi necessário, antes mesmo de refletir acerca do conteúdo, apresentar o documento e a forma como ele está organizado. Nesse sentido, o caminho percorrido para este estudo se desenvolveu por meio das seguintes etapas:

- 1º Consulta à base de dados e buscas avançadas para o levantamento inicial de artigos e livros com foco nos estudos sobre a alfabetização;
- 2º Com base neste levantamento preliminar, serão selecionados materiais mais relevantes desenvolvidos nos últimos anos e que sejam adequados ao que nos propusemos que conhecer os principais pressupostos teóricos sobre a alfabetização no Brasil e que influenciaram as principais políticas públicas para a alfabetização. Para isso levamos em conta a relevância do trabalho, a atualidade e a credibilidade do estudo produzido para o campo da educação e os impactos destes na educação nacional;
- 3º Após a seleção dos materiais, realizamos a leitura crítica da Base Nacional Comum Curricular, buscando identificar os objetivos e os principais conceitos abordados em relação à área da linguagem, especificamente em relação à alfabetização, a fim de mapear os principais conceitos e os argumentos que nos ajudem sistematizar as informações acerca da relação entre os pressupostos teóricos que balizam o documento na Base e quais opções epistemológicas as embasam;
- 4º Registros das informações mais relevantes por meio de fichamentos, elaboração de quadros-síntese e mapas mentais com base na leitura

realizada e organização coerente das informações; 5º Análise e interpretação dos dados exigirá uma sólida base teórica sobre os conceitos abordados no documento (BNCC), para isso nos valem da análise de conteúdos, o que prescindiu conhecer a forma como o documento está organizado, buscando compreender como a Base aborda a leitura e da escrita no processo de alfabetização.

Essa forma de procedimento visou clarificar as questões que importaram para este estudo, ou seja, compreender quais os pressupostos teórico-metodológicos balizam a Base Nacional Comum Curricular, como condição para se pensar a aprendizagem na educação escolar, num esforço de aproximação desse universo de produção e construção do conhecimento. Assim fazer uma reflexão crítica sobre a abordagem da alfabetização no contexto da BNCC, a fim de esclarecer questões específicas nas áreas das linguagens, particularmente da língua Portuguesa, para refletir sobre como o documento aborda a alfabetização.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

---

Na BNCC, a área de Linguagens é composta pelos seguintes componentes curriculares no Ensino Fundamental\_ Anos Iniciais: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e, no Ensino Fundamental – Anos Finais, Língua Inglesa. Especificamente no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os componentes curriculares tematizam diversas práticas, considerando especialmente aquelas relativas às culturas infantis tradicionais e contemporâneas.

As linguagens são abordadas como atividades humanas que se realizam nas práticas sociais, mediadas por diferentes formas: verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital. Para atender as suas expectativas multifacetadas (várias formas de uso), a BNCC definiu competências e estratégias específicas para a área das linguagens e, estas precisam ser colocadas em evidência no contexto da sala de aula, mediada pelo planejamento escolar e pelo plano de aula.

Assim, além das **10 Competências Gerais** que sustentam todas as etapas e modalidades de ensino na BNCC, existem ainda as Competências Específicas de cada linguagem: Educação Física, Artes e Língua Portuguesa, neste caso que estamos focalizaremos apenas nesta última.

Diante da variedade de línguas (estimam-se mais de 250) e formas de comunicação, a aprendizagem da língua, enquanto patrimônio cultural, a BNCC deixa mais evidente a importância que os documentos anteriores já ressaltavam, ou seja, o reconhecimento e o respeito à variedade linguística que compõem nosso cenário cultural e linguístico, cabendo-nos, como educadores fortalecer o trabalho de respeito e preservar os diferentes “tons” e diferentes matizes linguísticas que nos cercam.

Especialmente em se tratando da realidade amazônica, onde crianças indígenas são iniciantes da língua portuguesa nas escolas, há necessidade de valorizar sua língua materna como forma de resistência. Ao valorizar e respeitar as suas línguas maternas, permite-se que o sistema de saberes também seja preservado, portanto, à escola cabe agregar, ampliar o conhecimento de uma língua padrão, sem depreciar e/ou desprestigiar os conhecimentos linguísticos dos povos indígenas que compõem essa diversidade dentro das escolas.

De acordo com a BNCC, os **eixos de integração** de Língua Portuguesa são: **oralidade, leitura/escuta, produção (escrita e multissemiótica) e análise linguística/semiótica.**

A separação dessas práticas (de uso e de análise) se dá apenas para fins de organização curricular, já que em muitos casos (o que é comum e desejável), essas práticas se interpenetram e se retroalimentam (quando se lê algo no processo de produção de um texto ou quando alguém relê o próprio texto). Na BNCC, a organização das práticas de linguagem (leitura de textos, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica) por campos de atuação: **Campo da vida cotidiana.**

Os eixos acima mencionados, precisam se fazer presentes no dia-a-dia da escola, devem estar explícitos no plano de aula, a fim de que tenham de fato lugar no cotidiano dos alfabetizandos. O equilíbrio entre estas formas de comunicação permitem que além da escrita, geralmente privilegiada, outras formas de linguagem sejam desenvolvidas e, que o professor tenha consciência de sua importância.

Quanto aos **04 campos de atuação**, dizem respeito às situações e áreas de uso da linguagem, ou seja, estão relacionados às áreas em que determinada habilidade e uso da linguagem é praticada socialmente. Nessa forma de pensar as práticas de atuação e de uso da linguagem, há indicação de predominância de gêneros textuais que são mais comuns ou mais adequados, exemplo: Escrever um recado para deixar preso na geladeira é um texto de uso do cotidiano, ou seja, circula em ambiente doméstico, familiar.

As áreas e os gêneros textuais já são trabalhados pelas escolas, porém a Base deixa mapeada as áreas, a fim de facilitar o trabalho pedagógico, de modo a não perder de vista todas as possibilidades de práticas sociais de leitura e escrita de uma diversidade de gênero discursivo e cada um dos seus meios de circulação.

Ao planejar as atividades diárias, o professor saberá distribuir de forma equilibrada as formas de uso social, algo que é inovador, uma vez que retira a ideia de que a leitura e a escrita são “objetos da escola”. São 04 campos de atuação para o Ensino Fundamental I: 1. Vida cotidiana; 2. Campo da vida pública; 3. Campo das práticas de estudo e pesquisa; 4. Campo artístico-literário. Para compreender o que são campos de atuação é preciso pensar no conceito de letramento, ou seja, a capacidade para exercer plenamente o seu papel de cidadão, o indivíduo precisa saber não só como decifrar palavras, mas também fazer usos progressivamente mais amplos e complexos da leitura e da escrita em contextos reais.

No documento da BNCC é possível perceber que há uma arquitetura complexa envolvendo conjunto de definições que precisam ser compreendidas e relacionadas para fazer sentido e de fato se articularem e se concretizarem nos planos de aula. A falta dessa compreensão ou a relutância em querer conhecer a Base, impede que o diálogo avance, não permite que proposições didáticas sejam implementadas de forma clara, permeada por uma reflexão crítica do seu conteúdo.

Ao orientar que o texto assume a centralidade da unidade de trabalho, tal como outros documentos já afirmavam, a BNCC orienta a alfabetização na perspectiva do letramento, com ênfase na consciência fonológica. É notório o argumento em torno da perspectiva fonológica ganha destaque no documento. Isso está expresso em vários momentos do texto, sempre alertando para as evidências científicas que justificariam essa adoção.

A forma como o documento organiza a alfabetização, há um distanciando entre as discussões sobre a Língua Portuguesa e o princípio alfabético que aparece em um pequeno texto no final da sessão. É importante compreender que estar alfabetizado é dominar plenamente o sistema de escrita da língua portuguesa, porém ao tratar a alfabetização separadamente, há uma ruptura que dissipa o debate sobre a aprendizagem técnica da língua como algo à parte.

Se compreendermos que a alfabetização é a apropriação do sistema de representação da língua, não a podemos pensar como um “conteúdo” que deve ser estudado separado, pois mesmo as aprendizagens mais rudimentares são aspectos que fazem parte do sistema de escrita e de aprendizagem da língua portuguesa.

A afirmativa a seguir, retirada do documento oficial da Base, ilustra bem essa compreensão: “Ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a **ampliação dos letramentos**, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica.” (BRASIL, 2017, p.69 grifo nosso).

Diante desse panorama que busca explicitar a forma como a BNCC se estrutura para dar condições de se efetivar num contexto concreto, real. Chamamos a atenção para a sua legitimidade e, necessidade de compreensão, essa foi a motivação que nos levou a seguir afirmando que o documento (BNCC) tem caráter normativo e, em que pese as críticas acerca do contexto de sua elaboração, cabe-nos conhecer, sem ignorar os conflitos e interesses que o subjazem.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

---

A Base institui que “é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que a criança se alfabetize. Ainda, segundo o documento, para isso é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura, isso envolve o desenvolvimento da **consciência fonológica** e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos. Sem dúvida não é uma tarefa tão simples, o que no caso da BNCC trata-se de um processo de construção de habilidades e capacidades de análise e de **transcodificação linguística**, ou seja, o reconhecimento dos sons que se juntam para formar uma palavra, além de saber manipular esses sons, juntando e eliminando sílabas para formar outras.

Ao focalizar seus esforços na **consciência fonológica**, a Base coloca em evidência os aspectos técnicos da língua, desse modo, chama a atenção para um aspecto que há muito tempo esteve envolto em preconceitos e muitas controvérsias. Por outro lado, a discussão sobre a consciência fonológica requer um tratamento mais aprofundado que faremos em outra ocasião, envolve um estudo epistêmico e optamos por fazer em outra oportunidade.

O que vale a pena dizer de antemão é que, conhecer a mecânica da escrita é importante, afinal ela possui uma complexidade de relações envolvidas. O que não significa dizer que as antigas cartilhas que abordam essa relação mecânica de forma enfadonha tenham razão de ser, a pesar de abordarem o ensino da língua de forma aparentemente fácil.

De modo enfático a mudança mais notável em termos práticos é que a alfabetização deve ocorrer até o final do 2º ano, prazo limite, diferente do que está pautando nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e no Plano Nacional de Educação (PNE), por exemplo, que estabelecem que a criança deverá ser alfabetizada até o final do 3º ano. Essa decisão de encurtamento do tempo de aprender é, na verdade uma perspectiva de um grupo de teóricos que embasa a ideia de que o 3º ano seria um processo mais para a abordagem da ortografia, ou seja, a consolidação do ato de ler e escrever deve acontecer antes.

Como já afirmado, o texto é o elemento central do processo de alfabetização, no contexto da Base, porém a área de Linguagens não é composta apenas por uma disciplina tal como fomos acostumados a pensar, ela envolve outras linguagens para além da oral e escrita: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física. As diferentes linguagens são parte da atividade humana e se realiza nas práticas sociais concretas. Elas são mediadoras e perpetuadoras de culturas sob diferentes formas, seja visual, oral, escrita, corporal, motora, digital etc.

A prática de leitura deve ter como propósito, ir além dos códigos gráficos e, que os estudantes, usando progressivos graus de complexidades de leitura e de escrita. Aqui se vê que a leitura para a BNCC se distancia da mera transcrição fonética ao afirmar que não basta reproduzir foneticamente os sinais gráficos, por exemplo: EVA VIU A UVA, é preciso ler para além do texto, isso significa um texto não pode ser apenas um “pretexto” para repetição de um fonema que se pretende abordar.

O texto na BNCC é compreendido como unidade significativa completa e concreta, não se trata apenas de códigos escritos, mas são fotos, desenhos, pintura, ilustração, filmes, áudios, músicas, ou seja, tudo o que circula no contexto social. Nesse sentido a formação de um leitor competente requer proposições de situações de aprendizagem que não se limitem a “treinar” as possíveis relações entre fonemas e grafemas em seus desdobramentos.

Vale ressaltar que a **análise sistemática das relações fonêmicas** deve se dar de forma diferente do que costumeiramente vemos acontecer nas escolas, ou seja, por meio das famosas “famílias silábicas”. Essa prática, ainda comum, remonta o início do século XIX e se fez necessária em um contexto social em que a leitura e a escrita tinham pretensões limitadas e, em nada se parecem com o contexto atual.

Atualmente a visão de letramento aparece em documentos oficiais, no caso da Base esse termo aparece de forma integrada, particularmente das páginas de 89

a 93, o texto que trata do componente Língua Portuguesa e, já anuncia a perspectiva de letramento ao afirmar que, ao componente, cabe proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para **ampliação dos letramentos** de forma possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais.

Percebe-se, assim, que o termo letramento aponta a necessidade da escola abordar a leitura e a escrita, como um conhecimento e uma experiência que se faz necessária no cotidiano, ou seja, ler e escrever não pode ser abordado simplesmente como um objeto da prática escolar, para isso é preciso que a criança aprenda na escola para utilizar fora da escola, na realidade concreta.

É possível perceber que a BNCC descreve que os 04 eixos (oralidade, escrita, leitura, reflexões sobre a língua), se relacionam para dar sentido ao ato de alfabetizar, este ato não pode ser entendido separado do ato de letrar. O alfabetizar letrando exige a recuperação do significado da leitura e da escrita, precisa fazer sentido num contexto de uso social real, por isso não cabe mais ensinar a reproduzir sons isolados do contexto, pois BA BE BI BO BU BÃO é alheio à realidade de uma sociedade letrada, não se encontrará em lugar algum estes fragmentos senão nas cartilhas artificialmente construídas para ensinar a relação letras + fonemas.

A alfabetização e letramento sobre a ótica da BNCC é tratada de forma separada do texto convencional da área das linguagens. No documento há uma quebra de sequência ao falar sobre alfabetização e letramento, pois esse assunto é feito após a abordagem da área da Língua Portuguesa que trata do 1º ao 5º ano. Embora a discussão nesta parte do documento aborde amplamente do ato de ler de forma conectada com o contexto, o conteúdo que trata da alfabetização e do letramento vem a reboque do texto principal.

O ensino sistemático da linguagem escrita nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, não quer dizer que seja uma ação fragmentada, deve se dar de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e, sobretudo ao seu desenvolvimento em práticas diversificadas de letramento.

Embora a BNCC, aborde a alfabetização em um pequeno tópico separado, como se pode perceber ao longo da página 89, o subtítulo "O processo de alfabetização", separando os aspectos de análise e sistematização do processo de letramento, há um esforço em abordar a aprendizagem da língua com finalidades a ampliar a visão que se tem de leitura e de produção escrita, bem como seu uso de variados gêneros em situações específicas, de acordo com a finalidade comunicativa.

A característica de continuidade, aparece ao tratar o processo de ensino da ortografia após o 2º ano, a fim de garantir oportunidades amplas para que os estudantes se apropriem do sistema de escrita alfabética, vê-se assim o processo de ortografização como uma palavra de uso recorrente no texto, como uma aprendizagem após o processo de aquisição das técnicas. É uma perspectiva que se aproxima da psicogênese, embora a BNCC não faça menção a esta teoria, admite que os “erros” que a criança apresenta nesse processo, em termos ortográficos, devem ser tolerados e abordados a posteriori.

A informação que apresentamos nos ajuda a compreender a forma como a alfabetização é abordada na BNCC, porém estamos nos referindo à etapa inicial do Ensino Fundamental. A noção de continuidade e da não fragmentação entre uma etapa e outra, nos obriga abordar, ainda que brevemente essa questão. A alfabetização na Educação Infantil, segundo a BNCC não é uma questão diretamente e nem sistematicamente abordada nesta etapa, porém isso não significa coibir os interesses de aprendizagem das crianças, até porque não há uma faixa etária específica para iniciar esse processo, as crianças não dependem de uma autorização do adulto para aprender. Desde muito cedo as crianças demonstram interesses pela cultura escrita, cabe à escola ampliar esses conhecimentos construídos dentro e fora da escola.

Na BNCC, a educação Infantil é uma oportunidade de vivenciar experiências de leitura e escrita, o documento não trata de uma alfabetização sistemática na Educação Infantil, mas isso não quer dizer que a leitura e a escrita não façam parte do cotidiano da pré-escola. Na pré-escola é possível construir experiências enriquecedoras de alfabetização e letramento, elas podem se envolver em experiências alfabetizadoras de forma “natural”, espontânea. Por exemplo, ao cantar uma música em que se enfatiza as rimas, sons semelhantes ritmados estarão despertando a consciência fonológica de forma lúdica.

Ao ouvir uma história lida pelo (a) professor (a) a criança aprende qual é a postura de um leitor, ela percebe o comportamento de quem lê é diferente de quando a história é contada. Ou seja, ao contar ou ao ler uma história para as crianças, há um apelo a que ela observe a postura diferenciada, pois ler exige uma postura diferente, o leitor se atém ao texto e se posiciona frente ao livro com os olhos deslizando da esquerda para a direita, tudo isso é alfabetizar.

Esse universo cultural letrado é um aprendizado que a criança vivencia não apenas na escola, a alfabetização na Educação Infantil não pode ser uma “amarra”,

são as experiências propostas pelo (a) docente que vão possibilitar a aprendizagem de forma espontânea e naturalmente enriquecedora, a partir do momento em que a criança entra em contato com textos escritos, seja ao reconhecer a ficha com seu nome para colocar no cartaz de chamada, seja na hora de pendurar seu material no cabideiro identificado pela letra de seu nome, ou nas com revistas jornais com os quais têm contato.

Nesse sentido a criança inicia esse processo de alfabetização muito antes de ingressar na escola. Mas a Educação Infantil não tem a característica de sistematização, podendo ser um momento estimulador dessa aprendizagem. As situações mais formais de ensino da leitura e da escrita serão intensificadas no 1º ano e no 2º ano, estas ações, de acordo com a Base, devem ser consolidadas no 2º ano, de modo que o período posterior seja dedicado à ampliação do processo de **ortografização**.

Nesse sentido é no Ensino Fundamental (1º e 2º ano) que a alfabetização será mais sistematizada, mais detalhada com a utilização de metodologias explícitas que promovam aspectos da leitura e escrita formal.

Esse processo básico (alfabetização) de construção do conhecimento das relações fonográfêmicas em uma língua específica, que pode se dar em dois anos, é, no entanto, complementado por outro, bem mais longo, que podemos chamar de ortografização [...] Na construção desses conhecimentos, há três relações que são muito importantes: a) as relações entre a variedade de língua oral falada e a língua escrita (perspectiva sociolinguística); b) os tipos de relações fono-ortográficas do português do Brasil; e c) a estrutura da sílaba do português do Brasil (perspectiva fonológica). (BRASIL, p.91)

Na prática o (a) professor (a) da Educação Infantil vai incentivar as crianças durante esse processo de descoberta, mas é durante o Ensino Fundamental que o foco será a alfabetização como competências e habilidade prioritárias direcionadas ao ato de ler e escrever. Assim as experiências com a linguagem oral e escrita já iniciadas na família e na Educação Infantil, serão aprofundadas e sequenciadas em atividades de ensino mais formais e sistematizadas pelo professor (a).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em dezembro de 2017, após discussões pautadas em

divergências e, a pesar delas houve pouco debate amplo. Um estudo que se queira aprofundado, precisa necessariamente conhecer e compreender a arquitetura do documento que é a Base. Não é redundante chamar a atenção para a complexidade que é a estrutura do documento. É preciso estudar detidamente, a fim de construir uma visão coerente das proposições e seus nexos com as finalidades da educação, particularmente no que diz respeito à alfabetização. Esse exercício reflexivo, envolve conhecer a concepção epistemológica que a sustenta, ou seja, a escolha que prevaleceu em relação à visão de educação, de escola, de sociedade e de conhecimento.

O que postulamos não é acirrar as divergências, mas desenhar uma linha de raciocínio que aponte para uma prática docente consciente, mais reflexiva que, em última instância não se paute cegamente sem se articular com outros princípios teóricos-epistemológico que estão não estão postos no documento oficial, mas que ensejam um olhar para a leitura e escrita como resultado de um processo que não nega a técnica, mas que se apoia na dimensão política de um objeto socialmente construído.

Evidenciamos que um documento como este, tal a importância que tem, deve ser fruto do amplo debate, não pode limitar-se à mera consulta pública. Sem negar a importância e a necessidade de aprofundar conhecimentos sobre o documento, consideramos que é preciso problematizar a realidade que envolve a educação, especialmente a viabilidade de colocar em prática as competências e habilidades estruturadas na BNCC.

À luz do que orienta a Base é possível perceber que há uma orientação metodológica, porém assumimos que para colocar em prática um ensino coerente com uma alfabetização, deve-se levar em conta não apenas uma forma de ensino (grafofônico), mas deve possibilitar o uso de amplos recursos discursivos, que estabeleçam uma diversidade de possibilidades que não se fechem em protocolos das “evidências científicas”, afinal há outras evidências para além das que confirmam a consciência fonológica como metodologia de ensino como mais vantajosa.

Esse discurso da técnica fonêmica, pressupõe uma retórica que usa “achados científicos” para exaltação de um pensamento pedagógico que, embora assuma que o texto é o princípio norteador da alfabetização, ignora ou deixa de fora a dimensão política do ato de alfabetizar. Nessa direção indagamos: a quem interessa um documento que nitidamente ressalta a habilidade fonológica como fundamental na alfabetização? Compreendemos que a habilidade metalinguística é parte importante do processo, mas suspeitamos que alfabetizar é mais que fazer uma relação

grafofonêmica. Alfabetização é ato político, sua aquisição pressupõe a participação democrática em uma sociedade desigual como a nossa, por isso, uma tentativa de reduzir essa experiência de linguagem pode provocar recuos nos rumos de uma educação igualitária e cidadã, o que coloca à amostra a fragilidade e inconsistência de um documento tão abrangente e importante.

## REFERÊNCIAS

---

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.  
FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

MORAIS, Artur Gomes. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

SOARES, Magda. **Alfabetrar: Toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto, 2020.